

Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento

Scientific Knowledge and Intersectionality: from naivety to political sensitivity in Behavior Analysis

Conocimiento científico e interseccionalidad: de la ingenuidad a la sensibilidad política en el análisis de comportamiento

Francisco Denilson Paixão Junior^{1,2}

[1] Secretária Municipal de Educação de Irauçuba – CE [2] Coletivo Sociobehaviorista | **Título abreviado:** Interseccionalidade e Análise do Comportamento | **Email:** denilson.paixaojr@gmail.com | **doi:** org/10.18761/DH000176.dez21

Resumo: A Análise do Comportamento produz conhecimento baseada no modelo das ciências naturais e herda uma suposta neutralidade científica. No entanto, quando definimos conhecimento científico em termos behavioristas radicais, percebemos que a comunidade verbal desempenha papel crítico nas produções científicas em vez dos dados coletados. Diante disso, sugerimos que há vieses de gênero, raça e classe na produção de conhecimento analítico-comportamental que torna nossa comunidade menos sensível em identificar, analisar e intervir em contextos de desigualdades e injustiças sociais. Para reduzir esta insensibilidade, sugerimos a adoção da proposta de Abib de uma educação da sensibilidade, experiência estética que rompe com o modelo de ensino tradicional preconizado pela nossa literatura. Concluímos o texto convidando leitores e leitoras a apreciarem obras de arte musicais e audiovisuais compatíveis com a proposta de ética da cultura, fruto de uma educação da sensibilidade.

Palavras-chave: análise do comportamento; gênero; raça; classe; sensibilidade.

Abstract: Behavior Analysis produces knowledge based on the natural sciences model and inherits a supposed scientific neutrality. However, when we define scientific knowledge in radical behaviorist terms, we realize that the verbal community plays a critical role in scientific productions instead of the collected data. Therefore, we suggest that there are biases of gender, race and class in the production of analytical-behavioral knowledge that makes our community less sensitive in identifying, analyzing and intervening in contexts of social inequalities and injustices. To reduce this insensitivity, we suggest the adoption of Abib's proposal for an education of sensitivity, aesthetic experience, which breaks with the traditional teaching model advocated by our literature. We conclude the text by inviting readers to appreciate musical and audiovisual works of art compatible with the proposal of cultural ethics, the result of an education of sensitivity.

Keywords: behavior analysis; gender; race; class; sensitivity.

Resumen: El análisis de la conducta produce conocimientos basados en el modelo de las ciencias naturales y hereda una supuesta neutralidad científica. Sin embargo, cuando definimos el conocimiento científico en términos conductistas radicales, nos damos cuenta de que la comunidad verbal juega un papel crítico en las producciones científicas en lugar de los datos recopilados. Por lo tanto, sugerimos que existen sesgos de género, raza y clase en la producción de conocimiento analítico-conductual que hace que nuestra comunidad sea menos sensible a la hora de identificar, analizar e intervenir en contextos de desigualdades e injusticias sociales. Para reducir esta insensibilidad, sugerimos la adopción de la propuesta de Abib de una educación de la sensibilidad, la experiencia estética, que rompa con el modelo de enseñanza tradicional defendido por nuestra literatura. Concluimos el texto invitando a los lectores a apreciar obras de arte musicales y audiovisuales compatibles con la propuesta de la ética cultural, fruto de una educación de la sensibilidad.

Palabras clave: análisis del conducta; género; criar; clase; sensibilidad.

“Confusão na teoria significa confusão na prática”
(Skinner, 1953, p. 23)

uma estratégia baseada nestes pressupostos para reduzir nossa insensibilidade política.

A frase acima inaugura uma das primeiras e fundamentais discussões na obra *Ciência e Comportamento Humano* (CCH). No entanto, não pretendo fazer seu uso de maneira costumeira, focada em discorrer sobre como nossa cultura, baseada em pressupostos mentalistas, afasta-nos da compreensão do comportamento de modo científico, nem focada na redução da eficácia das intervenções práticas devido à falta de precisão conceitual advinda dos laboratórios experimentais.

Desejo analisar o conhecimento científico como comportamento dos cientistas. E como comportamento dos cientistas, o conhecimento não seria uma verdade absoluta e sim relativa às experiências da comunidade acadêmica (Abib, 2009; Skinner, 1974). Por sua vez, as experiências humanas são limitadas pelas contingências às quais os organismos estão expostos. Deste modo, o conhecimento analítico-comportamental, por ser uma produção cultural, logo dependente de relações sociais datadas, reproduzirá em alguma medida um discurso focado no padrão social normativo (homens cisgêneros, heterossexuais, brancos e vinculados às classes elitizadas). A reprodução destes valores sem considerar as variáveis sociais de gênero, raça e classe como fatores decisivos na modelagem de repertórios comportamentais em uma população de larga escala compromete a precisão técnico-conceitual e generalidade das intervenções comportamentalistas. Ter sensibilidade analítica e articular estas dimensões é produzir conhecimento interseccional – ou seja, baseado em relações históricas nas quais nossa posição social é determinada e herda privilégios e opressões (Akotirene, 2019) – de maneira a evitar reproduzir prescrições limitadas à normatividade, logo desconsiderando a idiosincrasia de cada sujeito.

Para fundamentar as afirmações acima, analisaremos o que é conhecimento científico na perspectiva comportamentalista, principalmente, enquanto comportamento verbal, seguido de um aprofundamento sobre poder e seus efeitos em relação ao gênero, raça e classe, finalizando com a apresentação da proposta de Abib (2007) de ética da cultura e

Breves considerações sobre definição de conhecimento científico

Como apontado por Skinner (1974), conhecimento científico é comportamento humano. Porém, diferente do que se imagina, não é um comportamento sob controle restrito ao ambiente físico imediato (dados coletados em experimentos), mas sob controle também de uma audiência (comunidade científica), pois se trata de comportamento verbal (Skinner, 1957). Outra informação importante é que conhecimento científico deve ser verdadeiro, ou seja, deve existir coerência entre as regras enunciadas pelos cientistas e seus efeitos práticos no ambiente. Assim, para que o conhecimento seja considerado verdadeiro, é preciso que seja efetivo (Abib, 2009; Skinner, 1974).

O primeiro ponto a ser analisado é que ciência contemporânea não é um fato irrefutável (Chalmers, 2010), mas uma metáfora sobre eventos passados, que não existem mais, e estão inacessíveis tanto ao pesquisador quanto aos seus leitores (Abib, 2001). Metáforas podem ser definidas como um tipo de comportamento verbal que descreve eventos novos sob o controle de um conjunto de estímulos de um evento passado no qual o repertório foi adquirido, porém sem que haja todos os estímulos originais presentes (Skinner, 1957), como na afirmação “seres humanos são macacos com ansiedade”. Deste modo, se conhecimento científico não mantém equivalência exata com as contingências passada descritas (tatos), então a crença popular de que ciência é um empreendimento neutro e totalmente seguro de vieses sociopolíticos devido aos dados coletados é no mínimo questionável em se tratando de intervenções sociais.

Uma possível hipótese para a crença de que a nossa comunidade científica produz conhecimento apenas sob o controle dos dados, logo neutro, advenha das orientações de Skinner (1953) em sua obra mais proeminente com citações como as seguintes: “a ciência é uma disposição de aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos aos desejos” e

“os experimentos nem sempre dão o resultado que se espera, mas devem permanecer os fatos e perecer as expectativas. Os dados, não os cientistas, falam mais alto” (p. 25). Tais frases parecem esconder o papel determinante que a comunidade científica impõe quanto à análise de dados ou mesmo antes disso, durante a fundamentação teórica nos projetos antes de sua execução.

Além disso, é importante frisar que, diferentemente de Skinner que tinha o privilégio de fazer experimentos sem supervisão dos departamentos aos quais ele era submetido (Cruz, 2014), nós seguimos agendas de pesquisa bem definidas e fiscalizadas pela nossa comunidade verbal. Outro fator importante é o discurso de autoridade implícito que legitima verdades independente de dados, como ocorre com o próprio Skinner (1981, 1984) que foi evidenciado nos questionamentos de Barlow (1984) em uma edição comemorativa do artigo “Seleção por Consequências”. Barlow (1984) questiona se o artigo de Skinner seria aceito caso ele o tivesse submetido anonimamente, pois falta fundamentação teórica baseada em dados evolucionistas da biologia daquele período.

Em obras posteriores a CCH, Skinner (1957, 1974) parece reconhecer o papel crítico que a comunidade verbal desempenha na formulação de conhecimento e frisa que há limitações no conhecimento científico inerentes ao comportamento verbal, ou seja, suas relações não-mecânicas com o ambiente e consequências mediadas socialmente. Contudo, a postura que desponta em eventos acadêmicos e fóruns de analistas do comportamento é o seu alinhamento com o primeiro Skinner, mais ingênuo, em vez do segundo, relacionado a uma postura mais crítica e progressista de ciência.

A exemplo desta ingenuidade, temos a insistência de alguns pesquisadores em questionar “onde estão os dados que sustentam estas afirmações”, quando, claramente, o estudo se tratava de uma análise conceitual de eventos cuja natureza os torna improváveis de se reproduzir em laboratório controlado, como, por exemplo, fazer uma análise do conceito de justiça¹. Adicionalmente, Lopes (2016) pondera sobre a

subordinação informal da pesquisa teórica à pesquisa empírica quando a psicologia se alinha a produção de ciência natural em um modelo indutivo. Este fenômeno é chamado de realismo teórico, que pressupõe uma harmonia plena entre pesquisa teórica e empírica, não podendo a pesquisa teórica tecer críticas a incoerências existentes nas pesquisas empíricas.

Deste modo, o realismo teórico é incompatível com as sugestões dos trabalhos de Tourinho (1999, 2003) apoiados por Carvalho Neto (2002), que afirmam que o avanço coerente e efetivo do conhecimento na Análise do Comportamento dependeria da retroalimentação de críticas e contribuições entre suas bases de conhecimento filosófico, aplicado e experimental.

Com isso, apontamos que a perspectiva interseccional de conhecimento pode encontrar resistência por parte da comunidade comportamentalista devido seus métodos de pesquisa serem predominantemente não-experimentais. Adicionalmente, uma perspectiva interseccional buscaria compreender dimensões sociais que influenciam diferencialmente o comportamento humano, enquanto os estudos clássicos de comportamento operante buscam generalidade entre espécies baseando-se na homologia e sua generalidade entre populações humanas que seria garantida pelo mesmo critério. Como discutiremos posteriormente, a generalidade dos estudos comportamentalistas está comprometida enquanto não levar em consideração os vieses de gênero (masculino cisheteronormativo), raça (branca) e classe (elite) que controlam as expectativas diante dos fenômenos sociais.

Agora que possivelmente ficou claro que temos compromissos teóricos e metodológicos que, por hora, nos afastam de uma perspectiva mais crítica e maior abrangência social, torna-se mais fácil compreender os próximos pontos: papel da comunidade verbal e da audiência na produção do conhecimento, e fazer considerações sobre o conhecimento científico como seguir regras.

uma série de condições que primatas não-humanos não dispõe, como comportamento verbal. Assim, os dados produzidos em comparação entre diferentes espécies de primatas, incluindo bebês humanos, não seriam o suficiente para explicar o comportamento de justiça em humanos adultos, apesar da similaridade evolutiva entre espécies, sendo necessário outros métodos de pesquisa.

1 Brosnan (2012) aponta que os conceitos de equidade e de iniquidade sejam mais adequados para descrever os comportamentos de primatas não-humanos em seus estudos de comportamento pró-social, pois o conceito de justiça pressupõe

Breves considerações sobre as determinações do comportamento verbal e conflitos científicos

Se ciência é comportamento verbal, então precisamos compreender o que isso significa. Comportamento verbal é um tipo especial de comportamento operante, que mantém relações não-mecânicas com o ambiente e suas consequências são mediadas por outros organismos (Sério & Andery, 2010; Skinner, 1957).

Em primeiro lugar, a ciência contemporânea não se encaixa na perceptiva de conhecimento passivo, que se apreendia a partir da contemplação, mas requer um conjunto de atitudes para identificar relações ordenadas entre eventos da natureza (Skinner, 1953). Contudo, há uma crescente tendência entre membros mais jovens de nossa comunidade verbal em adotarem uma postura que naturaliza os dados produzidos como fatos auto-evidentes e que não necessitariam de aprendizado prévio para percebê-los² e analisá-los. A perceptiva de naturalização dos dados acima exposta contradiz-se com o entendimento de que condições sociais são críticas para modelagem e para manutenção dos critérios de cientificidade, levando em consideração desde o que se prescreve metodologicamente até o que se define como objeto de estudo.

Em segundo lugar, a relação de aprendizagem dos conceitos comportamentalistas não ocorre sob controle direto de um ambiente físico. Não são os dados experimentais por si só que modelam os nossos repertórios conceituais. Crer que os dados modelam o repertório do cientista sem outras mediações nos aproxima bastante de uma perspectiva positivista clássica, na qual o conhecimento seguiria uma ordem imutável e as leis da natureza precisariam apenas ser descobertas (Andery & Sério, 1996). Aprendemos, no entanto, os princípios analítico-comportamentais por meio, quase exclusivo, de relatos verbais (seja por meio de explicações em

sala de aula, seja pela leitura de livros) e as consequências para o comportamento de seguir estas instruções são produzidas por outras pessoas (normalmente, na forma de notas avaliativas).

Mesmo com a coerência entre os dados coletados em diferentes estudos experimentais e suas replicações, foi verificada discordância entre sete diferentes analistas do comportamento ao responderem à pergunta “o que é comportamento?” feita com a finalidade de produzirem artigos para uma edição especial da Revista Brasileira de Análise do Comportamento (Botomé, 2013; Carrara e Zilio, 2013; Lazzeri, 2013; Todorov e Henriques, 2013; Tonneau, 2013). Sugerimos que a discrepância entre as respostas ocorra devido à diversidade de relações comportamentais únicas cujo histórico de reforçamento de cada pesquisador estabeleceu controle distinto dentro daquele contexto³.

Apesar das discordâncias entre os autores, tais trabalhos estão alinhados metodologicamente às regras científicas da comunidade, o que possibilitou seu aceite para publicação. Deste modo e de maneira genérica, operacionalizar os termos psicológicos em função de conceitos da Análise Experimental do Comportamento chancelaria a credibilidade mínima da análise como válida, pois o fenômeno se adequaria às leis comportamentais e reduziria ou eliminaria as inconsistências metafísicas do senso comum (Skinner, 1945).

No entanto, tratando-se de contextos sociais, são poucas as iniciativas que consideram as variáveis políticas e econômicas como elementos críticos para intervenção comportamentalista, principalmente no que tange a relação terapeuta-cliente, como ocorre nos esforços conceituais e aplicados baseados na *Green FAP* e outras aproximações entre intervenções comportamentalistas e teoria feminista (Fidelis & Vandenbergue, 2014)⁴. Mesmo

2 Friso que a perspectiva atrelada aos fenômenos verificáveis e aos dados coletados serem independentes da história do observador é incoerente com a literatura comportamentalista que aponta que não existe estímulo sem resposta e nem resposta sem estímulo. Aquilo que é percebido é produto de uma relação histórica entre organismo e ambiente, só existe dentro de uma relação de reforço (Lopes & Abib, 2002).

3 O campo que estuda a variabilidade comportamental de responder a diferentes propriedades de um mesmo estímulo se chama Teoria da Coerência da Topografia de Controle de Estímulo (McIlvane, 1998).

4 Percebam que aponto para a negligência de análises funcionais que desconsideram variáveis socioeconômicas críticas na determinação dos comportamentos. Eu não estou negando a existência de trabalhos voltados para compreensão dos fenômenos sociais e culturais, mas que, se tratando de literatura crítica, como preconizado na extinta *Behaviorists for Social*

ao tratarmos do referencial estritamente comportamentalista, podemos apontar para a negligência de algumas propriedades do comportamento, como topografia, duração e intensidade, em detrimento da frequência, devido aos seus compromissos teóricos (Skinner, 1969). E, como sabemos, em contextos sociais a topografia, a duração e a intensidade por diversas vezes despontam como critérios críticos para a definição do comportamento como problemático ou habilidoso socialmente em vez da sua simples emissão (frequência).

Desta maneira, inferimos que vieses sociais podem ser identificados ao longo da cadeia de produção científica, iniciando desde o processo de aprendizagem das metodologias de pesquisa, que impõe uma forma de “captura” do fenômeno e seus critérios filosóficos que delimitam o nosso objeto de estudo, até o processo de submissão de artigos para revistas especializadas para fins de publicação, que nos é inquirido uma certa rigidez acadêmica que limita ou coíbe o uso de outras metodologias menos ortodoxas de produção de conhecimento. E é quanto ao processo de submissão de artigos que se evidencia o papel da audiência como determinante político⁵ do comportamento verbal dos cientistas como mediadora importante para validação dos dados produzidos. Os estudos produzidos serão aceitos como válidos e relevantes para a comunidade a depender dos valores adotados pelo parecerista durante o processo de análise no qual nem todo parecerista leva em consideração a intersecção entre os seus determinantes sociais de gênero, classe e raça e suas preferências e seus critérios metodológicos, sejam eles conceituais, experimentais ou aplicados, como vieses analíticos.

Assim, audiência é definida como um estímulo discriminativo na presença do qual um determi-

Action Journal (Morrow, 1978), há pouca ênfase a tais variáveis de controle.

5 Compreendamos o conceito de político como sugerido por Chantal Mouffe (2009) que trata de condições de conflito social. Em termos comportamentalistas, podemos discutir de maneira muito caricata como contingências em que há diferença de quantidade, qualidade, duração e frequência de reforçadores e diferentes custos de resposta para diferentes populações ou atores sociais na qual deveria haver equidade, mas cujas condições históricas de uma dada comunidade tornaram o acesso a tais reforçadores desigual.

nado repertório verbal de um falante tem maiores chances de ser reforçado (Sério & Andery, 2010; Skinner, 1957). Por sua vez, valores são definidos como as condições antecedentes que especificam que os comportamentos são socialmente esperados em um dado contexto e quais são indesejados que ocorram (Assaz et al., 2016). De acordo com a teoria comportamentalista, assim, crenças e valores são estímulos discriminativos verbais (públicos ou privados) que sinalizam quais atitudes (comportamentos) serão socialmente válidas (reforçadas) naquele contexto (Guerin, 1994). Assim, o escrito científico submetido a um avaliador (audiência) será o contexto no qual seus valores sinalizarão se o trabalho será aprovado ou recusado naquela ocasião.

Notadamente, a comunidade comportamentalista costuma ser muito rígida. Ela produz consequências favoráveis a relatos baseados estritamente nos seus preceitos experimentais e produz consequências aversivas em demasia para as demais formas de produção de conhecimento, o que gera o nosso afastamento de outras ciências naturais e humanas, incluindo o afastamento de outras psicologias (Strapasson, Zuge & Cruz, 2017).

Três exemplos históricos podem sustentar estas afirmações: o contínuo isolamento das nossas produções experimentais a nível internacional ocorreu com a criação e a centralidade de publicações no *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB); a linguagem hermética das produções comportamentalistas no Brasil como barreira para que haja aproximação das demais psicologias em direção aos nossos estudos; e, a separação rígida entre as formas de produção de conhecimento experimental e aplicado dentro da própria Análise do Comportamento, assim como ocorreu com criação do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) e sua cisão editorial e política com JEAB (Cruz, 2016; Strapasson et al., 2017).

Mesmo diante do expressivo isolamento e suas consequências deletérias para ciência comportamentalista, nossa comunidade mantém uma ortodoxia metodológica. Abib (2009) aponta que conhecimento científico é comportamento controlado por regras, que, por sua vez, é um comportamento menos sensível às alterações do ambiente e resistentes à mudança (Meyer, 2007). Talvez, nossa insensibilidade se deva ao longo histórico de estudos

em laboratório com animais não-humanos como principal fonte de validação conceitual. Enquanto um ambiente controlado nos possibilita o manejo de quase todas as variáveis desejadas, por outro não emula condições que possibilitem generalidade dos dados para fora do laboratório, como ocorre com outras ciências humanas cuja produção de conhecimento depende de sua imersão no cotidiano. Sugiro que a preferência comportamentalista pelos critérios de previsão e controle cabíveis ao laboratório nos afastou da produção de conhecimento com base em interpretação, apesar da primazia do uso desta metodologia diante de fenômenos que não se submetem à verificação experimental (Malavazzi & Micheletto, 2021).

A despeito disso, houve esforços acadêmico-conceituais em aproximar nossa comunidade verbal às demais ciências humanas. Celso Pereira de Sá (1979, 1984) buscou aproximar a análise do comportamento da emergente psicologia social crítica, das décadas de 1970 e 1980, no entanto seus esforços não foram o suficiente para consolidar um campo de pesquisa. De modo semelhante, Silvia Lane (1981), com sua obra “O que é Psicologia Social”, cita Skinner e o comportamento verbal buscando engajar nossa comunidade como uma alternativa teórica ao campo. No entanto, não houve o engajamento esperado e há um evidente distanciamento da nossa comunidade da participação de encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Este distanciamento entre análise do comportamento, representando uma ciência natural, e a psicologia social brasileira, com seus compromissos ético-políticos, pouco tem a ver com conflitos epistemológicos e tem íntima relação com a suposta neutralidade política da ciência. Tendo em vista os empreendimentos intelectuais nas revistas *Behaviorists for Social Action Journal*, entre os anos de 1978 e 1984, e *Behavior Analysis and Social Action*, entre os anos de 1986 e 1989, são bons exemplos de compatibilidade duradoura de estudos relacionando compromisso político e ciência comportamentalista. No entanto, esta suposta neutralidade que afastaria a Análise do Comportamento das demais ciências humanas não se sustenta mesmo quando submetida ao crivo comportamentalista. Se considerarmos que o comportamento

operante é fenômeno intencional pois ocorre em função de produzir reforçadores ou evitar aversivos (Skinner, 1969), então é aceitável reconhecer que produzimos conhecimento científico em função de consequências liberadas por órgãos de fomento e seus critérios de validade.

Então é correto afirmar que há relações de poder tendenciosas (não-neutras) que atravessam as ciências e que estruturam a sociedade cis-hetero-patriarcal branca. Tais relações ocorrem de modo intencional⁶, pois são mantidas, fomentadas e protegidas por determinados segmentos da sociedade por se beneficiarem diretamente das consequências naturais, operantes e culturais que são produzidas por elas. Mas, afinal, o que são relações de poder na perspectiva comportamentalista e qual sua ligação com a interseccionalidade?

Relações de poder e interseccionalidade na Análise do Comportamento

A interseccionalidade pode ser definida como um esforço teórico-metodológico do feminismo negro em articular as dimensões de gênero, raça e classe para produzir uma análise mais completa sobre os fenômenos sociais. Este conceito foi desenvolvido para explicar que, diante das opressões de gênero, havia diferença significativa entre o sofrimento de mulheres negras e de mulheres brancas, pois o sofrimento das mulheres negras era agravado pelas opressões raciais nos Estados Unidos (Akotirene, 2019). O exemplo acima salienta as diferentes relações de poder quando interseccionamos gênero e raça, mas como definimos relações de poder?

Em primeiro lugar, relações de poder ou simplesmente poder na perspectiva comportamentalista diz respeito ao grau de controle que cada parceiro exerce sobre o comportamento de outro (Baum, 2019). Em seguida, é preciso compreender que não há simetria nas relações de controle entre

6 O uso do termo intencional deve ser compreendido como utilizado por Skinner (1969), como comportamento que ocorre na intenção de produzir ou manter acesso aos reforçadores positivos e negativos, não no sentido tradicional, comprometido com o mentalismo.

organismo e ambiente (mesmo quando se trata de outros organismos). Deste modo, em relações sociais, é possível verificar que há iniquidade entre as oportunidades de acesso a reforçadores e de exercer controle aversivo sobre o comportamento do outro. Por conseguinte, esta iniquidade torna-se mais saliente quando, por exemplo, tratamos de relações de gênero em uma sociedade patriarcal, na qual o patriarcado pode ser considerado uma agência de controle (Nicolodi & Arantes, 2019).

Definimos agências de controle como um conjunto de contingências nas quais há prescrições comportamentais e suas respectivas consequências, que foram adotadas por um grupo ou cultura, cuja prática é mantida por gerações de maneira coesa (Fernandes, 2020; Skinner, 1953). Ou, como refinado por Nicolodi e Arantes (2019), são práticas de controle social sobre um grupo ou cultura com possibilidade de exercer controle aversivo.

Deste modo, temos a possibilidade de analisar o exercício do poder em duas escalas distintas. A primeira seria uma relação de assimetria entre pares e a segunda seria uma relação de assimetria entre grupos ou populações (por meio de agências de controle). Para tornar evidente a segunda escala de assimetria, observemos o exercício do poder patriarcal no contexto das atividades acadêmico-científicas da Análise do Comportamento brasileira. Em um estudo (Laurenti et al., 2019) revelou-se que as mulheres têm menor acesso a bolsas de produtividade e ocupam menos cargos hierarquicamente superiores do que seus pares homens mesmo que elas representem mais da metade das produções científicas entre os anos de 1979 e 2016. Se os dados, e não os vieses sociais, predissessem o comportamento da nossa comunidade, o cenário de destaque e ocupação privilegiada de cargos na academia seria predominantemente feminino⁷. Salientamos que inexistem incentivos institucionais para redução da inequidade

7 O leitor ou a leitora pode sugerir que não são apenas os critérios quantitativos que influenciam a ocupação de cargos, mas critérios qualitativos. Para exemplificar o peso da determinação de gênero nas produções científicas (dado qualitativo), o estudo de Budden e colaboradores (2008) aponta que os trabalhos de pessoas do gênero feminino têm maiores chances de serem aceitos quando o editorial da revista adota o método de avaliação duplo-cego (ou seja, quando parecerista desconhece que o trabalho seja de uma mulher).

entre os gêneros ou mesmo iniciativas científicas voltadas para a superação do patriarcado na Análise do Comportamento (Gallo et al., 2019). As identidades cisheteronormativas binárias⁸ (homem/mulher) são uma das dimensões que evidenciam a desigualdade acadêmico-científica dentro da Análise do Comportamento. Torna-se necessário explorar outras dimensões.

Em relação à dimensão cisheteronormativa⁹, estudos apontam que há pouco interesse da comunidade comportamentalista em desenvolver pesquisas relacionados à homossexualidade (Gallo et al., 2019), como indicado nos estudos de Mizael (2018) e Fazzano e colaboradores (2020) que, respectivamente, identificaram apenas quatro artigos científicos e oito produções de pós-graduação *scric-tu sensu* segundo seus critérios de inclusão e exclusão. Contudo, apesar da quantidade de trabalhos de pós-graduação, foi verificado que muitos destes não culminaram em publicações em revistas especializadas (Fazzano et al., 2020), o que sugere o questionamento se tais dados são reflexo do desinteresse de nossa comunidade pelo tema.

Apesar da quantidade pequena de produções analisadas (Fazzano et al., 2020; Mizael, 2018), foi possível verificar a reprodução de uma série de práticas culturais de opressão como: patologização da diversidade sexual, por estudos que focaram sua atenção na origem da homossexualidade (colocando a heterossexualidade como norma); existência de pressupostos teóricos que reforçam práticas terapêuticas de conversão; e pouco enfoque em trabalhos voltados para intervenção e combate à LGBTfobia. Estudos apreciados por Mussi e Malerbi (2020) apontam que, mesmo profissionais interessados em ajudar clientes LGBT, reproduzem práticas culturais cisheteronormativas. Um exemplo de reprodução destas práticas é quando o terapeuta utiliza de suas referências de relacionamentos entre pessoas de gêneros opostos como medida para avaliar e intervir diante das demais configurações amorosas possíveis.

8 Tendo em vista que o estudo de Laurenti e colaboradoras (2019) não identificou se seus dados levavam em conta pessoas com identidades transgêneras.

9 E porque não indicar a cisheteronormatividade como uma agência de controle que prescreve, reforça e pune os comportamentos de acordo como o que está instituído como normal.

Em um estudo voltado para análise do tratamento do tema homossexualidade no periódico JABA (Carvalho, Silveira e Dittrich, 2011), no período de 1968 a 2010, verificou-se que perdurou até o ano de 1979 uma visão negativa sobre esta população, seguido por um longo período de quarenta e dois anos sem publicações relacionadas a ela. Quanto ao teor negativo voltado às populações LGBT neste período, a Sociedade de Análise Experimental do Comportamento (SEAB, 2020) reconhece os efeitos deletérios que trabalhos, como o de Rekes e Loovas (1974), produziram em diversas pessoas, e que mudanças editoriais foram feitas para evitar tais constrangimentos. Quanto às declarações da SEAB, destacarei dois tópicos.

O primeiro tópico diz respeito à heterossexualidade compulsória e heteronormatividade¹⁰ indicada pelo livre uso de controle aversivo para reduzir comportamentos ditos afeminados em crianças do sexo masculino em contraste com o período em que a população LGBT estadunidense conquista seus primeiros direitos à diversidade sexual (SEAB, 2020). Outro ponto é que, apesar de haver uma prescrição contundente contra o uso de controle aversivo devido aos seus efeitos indesejáveis (Azrin e Holz, 1966), diante de uma pauta politicamente enviesada pelo patriarcado, essas prescrições foram desconsideradas.

Outro ponto importante sobre o estudo de Rekes e Loovas (1974) é a conivência do Estado, por meio de financiamento público, com a terapia de conversão independentemente dos métodos adotados, como castigos físicos. Desta maneira, fica evidente que a produção científica não é desvinculada de interesses econômicos, políticos ou sociais, apenas que não estamos acostumados a declará-los. Como apontam Lopes e Laurenti (2016), existem

“demandas de mercado” bem estabelecidas que proporcionam maiores investimentos em pesquisas científicas direcionadas a determinados objetivos em detrimento de outros.

Já o segundo tópico indica que os critérios éticos de produção científica estão atrelados ao momento histórico ao qual os pesquisadores e as pesquisadoras estão inseridos(as). SEAB (2020) salienta que mudanças sociais influenciam as mudanças de linguagem acadêmica, exemplificados pelo abandono de termos como “retardado mental” e “desviantes sexuais”. No entanto, como apontam Legui e Guerin (2016), há decisões metodológicas profundamente enraizadas em premissas econômicas, tais como estudos que utilizam dinheiro como reforçadores condicionados generalizados. É preciso reconhecer que, implicitamente, o uso de controle monetário é análogo às relações capitalistas que subjagam desigualmente classes sociais fora do *setting* de pesquisa¹¹. Tal controle salienta as relações de classe.

A exemplo disso, estudos sobre comportamento de grupos (Gomes e Tourinho, 2017; Hosoya e Tourinho, 2016) amplamente fazem uso desta decisão metodológica, principalmente em estudos que tratam de fazer escolhas éticas entre produzir bens individuais (ganhos monetários) ou produzir coletivamente bens para sociedade (itens escolares a serem doados a escolas públicas) (Borba, 2013; Borba et al., 2014). Apesar de reconhecermos que tais estudos produzam informações pertinentes quanto às condições que geram comportamentos cooperativos em grupo, estes estudos estão de modo não declarado vinculados a uma forma egoísta e competitiva de reforçar comportamentos em

10 Heterossexualidade compulsória pode ser definida como “exigência de que todos os indivíduos sejam heterossexuais, exigência perpetuada pela violência que se propaga por meio dos discursos que naturalizam a heterossexualidade, como, por exemplo, a tentativa de se buscar causas patológicas para a existência de vivências que se diferenciem do padrão heterossexual” e heteronormatividade é definida como “exigência política e social de que as pessoas organizem sua vida dentro do padrão heterossexual, ou seja, nesse sistema de opressão é aceitável que uma pessoa seja homossexual, desde que ela construa seu modo de ser baseado no modelo da construção social da heterossexualidade” (Santana & Rasera, 2018, p. 37).

11 Holland (1983) aponta algumas intervenções baseadas na diferença de acesso e disponibilidade de reforçadores entre aplicadores (e contratantes) e os seus participantes. Como exemplo histórico, temos o uso de tokens trocáveis por benefícios em presídios (Holland 1983) e, como recorte contemporâneo, temos o uso de *vouches* trocáveis por dinheiro ou benefícios em intervenções baseadas em Manejo de Contingências (Garcia-Fernandez et al., 2011; Secades-Villa, Garcia-Rodriguez & Fernandez-Hermida, 2015). Vale ressaltar que o uso de reforçadores condicionados generalizados é uma opção quando se trata de objetivos em larga-escala que não contemplam a idiossincrasia dos participantes em identificar reforçadores naturais, como ocorre nas relações econômico-trabalhistas das sociedades capitalistas.

nossa cultura (Holland, 2016). Ainda quanto a esta perspectiva, reconhecemos a íntima relação análoga à privação de bens por parte da sociedade, na figura dos universitários participantes da pesquisa, como ferramenta de controle do comportamento por parte de uma elite, na figura dos experimentadores (Holland, 1983).

Reconhecer que há valores pré-determinados nas escolhas metodológicas é uma medida adequada para avaliação dos dados. Ser imparcial diante deste contexto é incompatível com a manutenção da objetividade científica (Abib, 2016). Não há distinção entre valores e fatos na ciência contemporânea (Ruiz, Colledge e Roche, 2007). Não podemos manter neutralidade diante do cenário capitalista. Se não combatermos as injustiças e desigualdades, estaremos fadados à convivência com contingências de reforço que produzem sexismo, pobreza e racismo (Morrow, 1978).

E, quanto à dimensão racial, destaca-se que a dominação da raça branca sob a negra, no Brasil¹², é estrutural. Racismo estrutural pode ser definido como uma série de atitudes tomadas pela sociedade, que organizam econômica e politicamente a sociedade brasileira e sua desigualdade, amplamente apoiada por instituições como Igreja Católica e Academia (Almeida, 2019). Diversos dados históricos fundamentam tais afirmações¹³.

Em relação à Análise do Comportamento no Brasil, foi verificado desinteresse de nossa comuni-

12 Devemos lembrar que outras populações sofrem efeitos da segregação por parte da branquitude, como povos originários (chamados pelo senso comum de indígenas), povos ciganos, migrantes não-europeus e asiáticos.

13 Como medida voltada para reduzir ocasionais danos emocionais, optei por citar em nota de rodapé os dados históricos. Caso sintam-se bem, segue lista de fatos que corroboram para compreensão do racismo estrutural: o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão; criação de mecanismos que dificultaram o acesso a escolarização e emprego após abolição da escravidão; criação de leis que proibiam o direito de pessoas negras à propriedade privada; processo de embranquecimento do país por meio do incentivo de imigração europeia; processo de patologização da negritude com aval da ciência, chamado de higienismo social; processo de criminalização da negritude, por meio de leis repressivas a expressões de sua ancestralidade e religiosidade; e, esquecimento histórico das contribuições intelectuais de impacto de pessoas pretas para construção do Brasil.

dade devido à falta de publicações relacionadas ao tema negritude em periódicos nacionais até o ano de 2017 (Mizael, Gomes e Silva, 2019). Posterior a este fato, um estudo brasileiro avaliou como policiais militares respondiam a relações de palavras positivas/negativas, verdadeiro/falso e brancos/negros, como por exemplo na frase “brancos são meliantes” e clicando em “verdadeiro” ou “falso” (Pereira e Santos, 2020). Os dados deste estudo sugerem que policiais brancos tendiam a relacionar com maior frequência as palavras negro-negativo-verdadeiro. Apesar de que as autoras apontaram para a necessidade de novos estudos para produção de dados mais robustos, salta aos nossos olhos que foram os policiais brancos que responderam com maior frequência como sendo verdadeira a relação entre a palavra “negro” e as palavras de cunho negativo, como meliante.

Na tentativa de localizar estudos fora dos periódicos de nossa comunidade, foi verificado, via indexador SciELO, a existência de um estudo analítico-comportamental ao buscar pelas palavras “análise do comportamento” e “racismo”. Neste trabalho (Tavares e Kuratani, 2019) foi relatado o estudo de caso envolvendo o sofrimento de duas mulheres devido ao racismo em diversos momentos de suas vidas e contextos. A principal contribuição deste estudo foi a descrição pormenorizada dos manejos clínicos necessários para construção de vínculo terapêutico entre uma terapeuta não-negra e as atendidas.

As autoras (Tavares e Kuratani, 2019) apontam alguns fatores sociais que influenciam negativamente a construção de relações terapêuticas com população negra, são eles: viés racial da ciência, pois toma-se os padrões de vidas de homens e mulheres brancas como medida terapêutica para demais populações; e, a falta de “letramento racial” dos terapeutas, impossibilitando que haja escuta sensível às questões raciais tornando as intervenções menos eficazes.

Esta falta de percepção profissional e popular em não identificar o racismo como fator crítico para o adoecimento da população negra se deve ao mito da democracia racial, que pode ser definido como a prática discursiva de negar a existência de tratamento diferenciado entre pessoas brancas e não-brancas no Brasil (Bento, 2002; Schurman,

2012). É o mito do homem cordial que produz o apagamento histórico do colonialismo violento, como se o simples ato de assinar uma lei abolicionista tardia¹⁴ transformasse magicamente o país em um paraíso a-racial. É preciso reconhecer que a branquitude se beneficia direta e indiretamente do racismo estrutural. Por exemplo, no estudo de Werneck (2016) verificou-se que, nos serviços de saúde pública, mesmo a população negra representando maior contingente humano, era atendida em menor quantidade e em pior qualidade do que seus pares brancos.

Mas, se até este ponto não ficou clara a relação entre a dimensão racial e comportamentalismos, talvez a primeira medida que seria tomada para reduzir a insensibilidade, quanto às questões de gênero, raça e classe, seja o consumo de literatura especializada¹⁵. Apesar da importância indiscutível do letramento acadêmico, advogo pela adoção da proposta de educação da sensibilidade de Abib (2007), como discutiremos a seguir.

A proposta de educação da sensibilidade

“Eu tenho algo a dizer e explicar pra você, mas não garanto, porém, que engraçado serei desta vez. Para os manos daqui para os manos de lá, se você se considera um negro pra negro será!”
(Racionais MC's, 1992)

Não pretendo advogar que os problemas sociais ocorrem simplesmente pela falta de estímulos reforçadores. Não se trata, apenas, de que as minorias emitam comportamentos operantes adequados aos critérios de reforçamento, afinal muitos dos critérios sociais a que estamos expostos são relacionadas a práticas culturais de opressão e desigualdade (Morrow, 1978). Por conseguinte, há uma orientação implícita da elite de transformar causas coletivas em problemas individuais, culpabilizando as

pessoas que combatem as desigualdades além de tratar suas causas como desvios de conduta passíveis de correção (Santos, Gaberlotti e Lopes, 2016).

O mesmo raciocínio se estende aos comportamentos dos opressores, por exemplo: a violência doméstica cometida por um homem não é um reflexo de uma sociedade patriarcal, mas um desvio de conduta; a violência policial nas comunidades periféricas não é um reflexo de uma sociedade racista, mas um desvio de conduta; a violência contra diversidade sexual não é um problema de uma sociedade cisheteronormativa, é um desvio de conduta; a violência institucional de multinacionais não é um problema de uma sociedade capitalista, é a nossa incompetência ao sermos explorados. Todos estes exemplos comumente têm uma solução pronta: correção dos comportamentos dos indivíduos desviantes sem que haja mudanças nas práticas sociais que as produziram.

Apesar dos esforços skinnerianos em produzir uma ciência voltara para intervenções sociais em larga escala (Andery, 1993a; 1993b), as definições de reforço e suas aplicações¹⁶ nos limitam pensar soluções sociais adequadas e abrangentes. Abib (2007) sugere uma nova leitura sobre consequências comportamentais, separando-as em consequências naturais, operantes e culturais, sendo esta última nossa principal ferramenta de ensino para a sensibilidade. Para o autor, a sobreposição entre os efeitos das consequências naturais e os efeitos das consequências operantes produziria a seleção de comportamentos individuais. De um lado, a sobrevivência do organismo e, de outro, os efeitos hedonistas de prazer ou alívio das dores. No entanto, a combinação entre estas consequências pode produzir efeitos deletérios para si e para a cultura a curto e longo prazo.

Como sugere o seguinte trecho da música Voz Ativa, “nossos irmãos estão desnorreados, entre o prazer e o dinheiro desorientados, brigando por quase nada migalha coisas banais” seguido, um pouco mais adiante de, “mais da metade do país é negra e se esquece que tem acesso apenas ao resto que ele oferece” (Racionais MC's, 1992) destaca que os efeitos prazerosos a curto prazo do reforço

14 Importante lembrarmos que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão juridicamente.

15 Sugiro que os leitores e as leitoras procurem pelos livros da Coleção Feminismos Plurais como passo introdutório a tópicos como lugar de fala, apropriação culturais, entre outros.

16 Vide o procedimento de avaliação de preferência nas intervenções com crianças no espectro do autismo.

podem não contribuir para uma sensibilidade coletiva. O hedonismo não-educado criaria uma ética do egoísmo, no qual somos afastados da percepção de que o acúmulo ou usufruto de bens por parte de poucos pode significar a escassez de recursos de muitos (Abib, 2007). E, é aqui, que entra em cena as consequências culturais e o seu papel para a sobrevivência das culturas.

Comportamentos sob controle de consequências culturais teriam relação íntima com a seleção e manutenção de práticas vantajosas para sobrevivência de um grupo ou população (Abib, 2007; Bogo e Melo, 2019). No entanto, é preciso compreender que, enquanto consequências operantes têm força pela imediatividade hedonista de seus efeitos, consequências culturais por si só não teriam poder reforçador. É a sobreposição entre os efeitos das consequências operantes e os efeitos das consequências culturais que produziria a seleção de práticas vantajosas para sobrevivência das culturas (Abib, 2007). Mas de que maneira essa sobreposição ocorre?

Esta sobreposição ocorreria por meio de uma educação da sensibilidade. Criando-se atividades que evitem os prazeres destrutivos e letais, promovendo prazeres compatíveis com a promoção e manutenção da vida para si e para os outros, contemporâneos e futuros (Abib, 2007; Bogo e Melo, 2019). A educação da sensibilidade se torna, então, uma educação para a política pois adotar práticas culturais com valor de sobrevivência significa combater culturas sustentadas pelas injustiças e desigualdades sociais (Fernandes, no prelo). Enquanto o senso comum aposta na consciência como suposto antídoto para os problemas sociais (Carvalho Neto, Alves e Baptista, 2007), impregnado de pressupostos judaico-cristão de sacralidade de uma ética e de uma política metafísica, Abib (2007) aposta na construção de uma sociedade de bem-estar voltada para o futuro e sobrevivência da humanidade fundada nos prazeres hedonistas. Há um rompimento de paradigma moral. Então, em vez de adotar modelos tradicionais de educação moral e cívica, caberia a educação física e a educação estética (artes) o papel de serem as ferramentas promotoras da sensibilidade educada (Abib, 2007; Fernandes, no prelo).

Diante do exposto, não caberia a técnicas de ensino consagradas na literatura comportamental, como a instrução programada, a educação da

sensibilidade, pois elas não cumpririam os critérios apontados por Abib (2007). Além disso, o ensino tradicional comportamentalista é baseado em cumprir critérios pré-estabelecidos por membros mais antigos que muito provavelmente não estão sensíveis as variáveis de gênero, classe e raça por se tratar de um fenômeno recente nas proposições comportamentalistas. Assim, tais dimensões sociais podem ser negligenciadas na prática científica por reproduzir os valores, logo critérios de validação, de sociedade cisheteropatriarcal branca.

Para superar estas barreiras, a educação da sensibilidade baseada na experimentação estética nos permite acesso a diversidade de vozes que nossa sociedade costuma silenciar, como veremos a seguir.

A sensibilidade pode nascer das artes, às vezes das ciências

“A minha missão, cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone, é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que senti que um dia não teve uma.” (Emicida, 2020)

Como apontado por Abib (2007), talvez a arte seja a ferramenta audaciosa e necessária com a qual nossa comunidade possa reduzir as barreiras que existem entre nós e o mundo, diante de toda sua pluralidade de experiências determinadas pelas nossas marcações sociais. Assim como o antimentalismo foi uma revolução copernicana para a Psicologia do século XX, compreender a interseccionalidade será a revolução copernicana para refinar as análises funcionais e melhorar as intervenções comportamentalistas no século XXI. Diante da impossibilidade de percebermos o mundo igual a qualquer outra pessoa devido à natureza idiossincrática do comportamento (Rico, Goulart, Hamasaki e Tomanari, 2012), a arte surge como possibilidade de acesso às relações de mundo e com o mundo de outras pessoas.

De maneira genérica, poderíamos definir arte como produtos do comportamento humano cuja função é eliciar respondentes emocionais e emergir relações de equivalência de estímulos produzindo significados simbólicos (de Rose, 2016) que seriam improváveis de ocorrer no cotidiano. Sugerimos o

consumo das obras musicais de Racionais MC's, Emicida, Djonga e Baco Exu do Blues para uma imersão na realidade do homem negro. O consumo das obras musicais de Criolo para uma imersão na realidade do homem periférico atravessado pela xenofobia contra descendentes nordestinos. Sugiro o consumo das obras musicais de Elza Soares e Linn da Quebrada para uma imersão na realidade da mulher negra cis e trans, com destaque para o convite ao consumo das obras audiovisuais de Linn, como “Bixa Travesty” e “blasFêmea”. Em diversos momentos de suas obras estes e estas artistas operam como promotores de prazeres compatíveis com a promoção e manutenção da vida ao atrelarem o deleite musical ou audiovisual com prescrições de práticas engajadas com o bem coletivo. Sugiro que estas obras de arte produzam emoções intensas (consequências operantes), surgem relações simbólicas que orientam as pessoas a assumirem práticas sociais alinhadas com um futuro melhor para si e para a comunidade da qual fazem parte (consequências culturais).

Caso haja preferência em recursos mais acadêmico, sugiro o canal *Tempero Drag* de Guilherme Pereira que interpreta a drag queen Rita Von Hurty que, com muito bom humor, ensina conceitos sociologia ao se utilizar de fenômenos sociais relevantes contemporâneos. Se preferir um recurso acadêmico mais formal, indico o Canal do professor Silvio Almeida, que leva seu nome, no qual discorre sobre diversos temas relevantes, além de explora temas da cultura pop e entrevistar pessoas que tem com contribuições relevantes para a comunidade compatíveis com uma ética da cultura. Os canais se encontram na plataforma Youtube.

Entre todas as sugestões feitas, esta talvez seja a mais importante. Assistir ao documentário “Emicida: Amarelo – é tudo pra ontem”, na medida em que as narrativas ocorrerem, identificamos as prescrições de Abib (2007) para uma sensibilidade educada. Mais do que isso, é um forte exemplo do projeto feminista negro, que adota coalização e solidariedade política em prol dos oprimidos por classe, sexualidade ou território, dentre diferentes marcadores (Akotirene, 2019), pois “tudo o que nós tem é nós” (Emicida, 2019).

Por fim, este trabalho é um convite à sensibi-

lidade, mais do que um instrumento acadêmico¹⁷. É preciso assumir que nossa ciência tem barreiras perceptivas e interpretativas determinadas pelas contingências sociais das quais partirmos. Fundamentado na premissa de uma educação da sensibilidade (Abib, 2007), acredito que parte da superação destas barreiras dependa da nossa exposição à arte, principalmente das vozes sistematicamente silenciadas, as minorias. Com a sobreposição das consequências operantes e culturais, a arte se torna o elemento concretizador de um projeto de ética das culturas. A aposta deste trabalho é que a existência de analistas do comportamento sensíveis às análises interseccionais se torne parte da solução dos problemas, pois olharemos para as raízes das relações de desigualdade e injustiça social, podendo intervir de maneira mais eficiente e pautados no combate às iniquidades sociais.

“E não tem rio que eu não atravesse. Não tem caminho que nós não ande. Não tem pau que eu não arranque, nem tem pedra que eu não quebre. E não tem mal que eu não cure. Viemos lá das cachoeiras com a força da natureza. Os encantado nos mandou. Viemos aqui fazer limpeza.” (Música Tremembé do ritual do Torém)

Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Behaviorismo Radical como pragmatismo na epistemologia. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, M. C. Scoz (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: Volume 8*. Santo André: ESETec Editores Associados, pp. 158-161.
- Abib, J. A. D. (2009). James e Skinner sobre verdade. Em R. C. Wielecka (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: Volume 23*. Santo André: ESETec Editores Associados, pp. 427-439.
- Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia*

17 Um questionamento franco é “caberia a um periódico científico um convite à sensibilidade?” e a resposta é “os convites vêm por escrito, a vivência vem do contato direto com o mundo”.

- Comportamental e Cognitiva*, 18, 27-39. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.842>
- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- Almeida, S. (2019). Racismo Estrutural. São Paulo: sueli carneiro, Pólen.
- Andery, M. A. P. A. (1993a). Skinner: A cultura como um compromisso da ciência. *Acta Comportamentalia*, 1(2), 144-154.
- Andery, M. A. P. A. (1993b). Uma sociedade voltada para o futuro. *Temas Em Psicologia*, 1(2), 23-30.
- Andery, M. A. P. A., & Sério, T. M. A. P. (1996). Há uma ordem natural imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte. Em M. A. P. A. Andery, N. Micheletto, T. M. A. P. Sério, D. R. Rubano, M. Moroz, M. E. M. Pereira, S. C. Gioia, M. H. T. A. Gianfaldoni, M. L. B. Savioli, M. R. Zanotto (Orgs.). Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. São Paulo: EDUC, pp. 373-394.
- Assaz, D. A.; Vartanian, J. F.; Aranha, A. S.; Oshiro, C. K. B.; Meyer, S. B. (2016). Valores sobre a perspectiva analítico-comportamental: da teoria à prática clínica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 30-40. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i3.920>
- Azrin, N. H.; Holz, W. C. (1966). Punishment. Em W. K. Honing (Org.). *Operant Behavior: áreas of research and application*. New York: Appleton-Century-Crofts, pp. 380-447.
- Barlow, G. W. (1984). Skinner on selection – a case study of intellectual isolation. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7(4), 481-482.
- Baum, W. M. (2019). Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução (3ª edição). Porto Alegre: Artmed.
- Bento, M. A. S. (2002). Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.
- Bogo, A. C.; Melo, C. M. (2019). Contribuições do projeto de educação da sensibilidade de Abib ao planejamento cultural. *Acta Comportamentalia*, 27(3), 269-286.
- Borba, A. (2013). *Efeitos da exposição a macrocontingências e metacontingências na produção e manutenção de respostas de autocontrole ético*. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.
- Borba, A., da Silva, B. R., Cabral, P. A. d. A., de Souza, L. B., Leite, F. L., & Tourinho, E. Z. (2014). Effects of exposure to macrocontingencies in isolation and social situations in the production of ethical self-control. *Behavior and Social Issues*, 23, 5-19. <https://doi.org/10.5210/bsi.v23i0.4237>
- Botomé, S. P. (2013). O conceito de comportamento operante como problema. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 19-46.
- Brosnan, S. F. (2012). Introduction to “Justice in Animals”. *Social Justice Research*, 25(2), 109-121.
- Budden, A. E.; Tregenza, T.; Aarssen, L.; Koricheva, J.; Leimu, R.; Lortie, C. (2008). Double-blind review favours increased representation of female authors. *Trends in Ecology and Evolution*, 23, 4-6. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2007.07.008>
- Carrara, K.; Zilio, D. (2013). O comportamento diante do paradigma behaviorista radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 1-18.
- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(1), 13-18.
- Carvalho Neto, M. B.; Alves, A. C. P.; Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamento e Cognitiva*, 9(1), 27-44. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.144>
- Carvalho, M. R. A.; Silveira, J. M.; Dittrich, A. (2011). Tratamento dado ao tema “Homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7, 72-81. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Chalmers, A. F. (2010). O que é ciência afinal? São Paulo: Editora Brasiliense. Tradução Raul Fiker. Originalmente publicado em 1982.
- Cruz, R. N. (2014). Desconhecimento e liberdade

- no caminho de uma nova ciência do comportamento. *Scientiae Studia*, São Paulo, 12(3), 465-490.
- Cruz, R. N. (2016). A fundamentação do *JEAB* e o isolamento histórico da Análise do Comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-9.
- de Rose, J. C. (2016). A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. *Acta Comportamentalia*, 24(2), 201-220.
- Emicida (2019). Amarelo. São Paulo: Laboratório Fantasma.
- Fazzano, L. H.; Mena, I. M.; Dionísio, T. E. S.; Gallo, A. E. (2020). Análise do Comportamento e população LGBT: revisão das produções de pós-graduação no Brasil. *Perspectiva em Análise do Comportamento*, 11(1), 52-62. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.05>
- Fernandes, D. M. (2020). Cultura, economia, educação, governo e política: um estudo de caso em Psicologia Social. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru.
- Fernandes, D. M. (no prelo). Educação da sensibilidade como educação política. *Acta Comportamentalia*, [s.l.]; [s.n.].
- Fidelis, M. N. D.; Vandenbergue, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: possibilidades de um encontro. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Gallo, A. E.; Morais, A. O.; Fazzano, L. H.; Santos, S. J. (2019). Psicologia para quem? Uma discussão analítico-comportamental do feminismo, homofobia e racismo. Em J. C. Luzia, J. Gamba, N. Kienen, S. R. S. A. Gil (Orgs.). *Psicologia e Análise do Comportamento: pesquisa e intervenção*. Londrina: UEL, pp. 44-53.
- Garcia-Fernandez; G.; Secades-Villa, R.; Garcia-Rodriguez, O.; Sanchez-Hervas, E.; Fernandez-Hermida, J. R.; Higgins, S. T. (2011). Adding voucher-based incentives to community reinforcement approach improves outcomes during treatment for cocaine dependence. *The American Journal on Addictions*, 20, 456-461. <https://doi.org/10.1111/j.1521-0391.2011.00154.x>
- Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 155-163.
- Gomes, H. C. R.; Tourinho, E. Z. (2017). Metacontingências de Autocontrole Ético: Efeitos do Aumento da Magnitude de Reforço. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), 1-8.
- Holland, J. G. (1983). Comportamentalismo – parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, 9(1), 59-75. Originalmente publicado em 1978.
- Holland, J. G. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 104-117. Originalmente publicado em 1974. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863>
- Hosoya, N. M. S.; Tourinho, E. Z. (2016). Efeitos de interações verbais sobre a seleção de contingências comportamentais entrelaçadas. *Acta Comportamentalia*, 24(3), 331-345.
- Lane, S. T. M. (1981). O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense.
- Laurenti, C.; Jesus, L. S.; Nogueira, L. N.; Sales, S. C.; Risolia, I. W.; Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmicocientíficas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251-268.
- Lazzeri, F. (2013). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 47-65.
- Leugi, G. B.; Guerin, B. (2016). To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 73-83. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.846>
- Lopes, C. E.; Abib, J. A. D. (2002). Teoria da percepção no behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(2), 129-137.
- Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. Em C. Laurenti, C. E. Lopes, S. F. Araujo (Orgs.). *Pesquisa Teórica em Psicologia; aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP, pp. 15-40.
- Lopes, C. E.; Laurenti, C. (2016). Da neutralidade à política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 06-10. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.858>

- Malavazzi, D. M.; Micheletto, N. (2021). Interpretação: um objetivo e um método da ciência de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e37217. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e37217>
- McIlvane, W. J. (1998). Teoria da coerência da topografia de controle de estímulos: uma breve introdução. *Temas em Psicologia*, 6(3), 185-189.
- Meyer, S. B. (2007). Regras e auto-regras no laboratório e na clínica. Em J. Abreu-Rodrigues e M. Rodrigues Ribeiro (Orgs.). *Análise do Comportamento: pesquisa, teoria e aplicação*. Porto Alegre: Artmed, 211-228.
- Mizael, T. M. (2018). Perspectiva Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise a produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Morrow, J. E. (1978). Editorial. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1, 1.
- Mussi, S. V.; Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22, 1-19. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>
- Nicolodi, L.; Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. Em Pinheiro, R.; Mizael, T. (Orgs.). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações, pp. 64-83.
- Pereira, M. S.; Santos, B. C. (2020). Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22, 2-23. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1433>
- Racionais MC's (1992). *Escolha seu caminho*. São Paulo: Zimbabwe.
- Rico, V. V.; Goulart, P. R. K.; Hamasaki, E. I. M.; Tomanari, G. Y. (2012). Percepção e Atenção. Em M. M. C. Hubner e M. B. Moreira (Orgs.). *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Ruiz, M. R.; Colledge, R.; Roche, B. (2007). Values and the Scientific Culture of Behavior Analysis. *The Behavior Analyst*, 30(1), 1-16.
- Sá, C. P. (1979). *Psicologia do Controle Social*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Sá, C. P. (1984). Sobre a fundamentação psicológica da psicologia social e suas implicações para a educação. *Fórum Educ.*, 8(1), 23-44.
- Santana, P. F.; Raseria, E. F. (2018). Heterossexismo e (in)existência lésbica. *Revista de Psicologia da UNESP*, 17(1), 34-49.
- Santos, E. A. P.; Garbelotti, C. S.; Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 61-72. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.845>
- Sério, T. M. A. P. e Andery, M. A. (2010). Comportamento Verbal. Em T. M. Sério, M. A. Andery, P. S. Gioia, N. Micheletto (Orgs.). *Controle de estímulos e comportamento operante: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC, pp. 127-151.
- Schurman, L. V. (2012). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Secades-Villa, R.; Garcia-Rodriguez, O.; Fernandez-Hermida, J. R. (2015). Contingency management for substance use disorders in Spain: Implications for research and practice. *Preventive Medicine*, 80, 82-88. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2015.07.001>
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 25(2), 270-277. <https://doi.org/10.1037/h0062535>
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: Free Press.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Cambridge, MA: B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (1972). *Walden II: uma sociedade do futuro*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. Original publicado em 1948.
- Skinner, B. F. (1974). *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

- Society for the Experimental Analysis of Behavior (2020). Editor's Note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) Behavioral Treatment of Deviant Sex-Role Behaviors in a Male Child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53, 4, 1830-1836.
- Strapasson, B. A.; Zuge, P. R.; & Cruz, R. N. (2017). O isolamento da Análise do Comportamento no Brasil: uma análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 94-114. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.954>
- Tavares, J. S. C.; Kuratani, S. M. A. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13.
- Todorov, J. C.; Henriques, M. B. (2013). O que não é e o que pode vir a ser comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 74-78.
- Tonneau, F. (2013). Comportamento e a pele. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 66-73.
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia da SBP*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção e conhecimento em Psicologia: a Análise do Comportamento. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549.

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 24/05/2021

Última decisão editorial: 03/12/2021

Editor Associado: Denis Roberto Zamignani